

ANISTIA
INTERNACIONAL



10 DIAS SEM DIREITOS

AS VIOLAÇÕES DO
GOVERNO BOLSONARO



1000 Dias sem direitos – As violações do governo Bolsonaro

Anistia Internacional Brasil

Trinta e duas situações em que o governo de Jair Bolsonaro tomou atitudes que ocasionaram perda de direitos de brasileiros e brasileiras foram reunidas no documento “1000 dias sem direitos – as violações do governo Bolsonaro. O número diz respeito às campanhas, ações urgentes e reativos produzidos pela equipe da Anistia Internacional Brasil desde 01 de janeiro de 2019 até o momento.

Dentre as situações catalogadas estão os gestão da pandemia, Liberdade de expressão / redução do espaço cívico (ataques à imprensa), discursos antidireitos humanos na ONU, direitos de povos indígenas e outras comunidades tradicionais e violações de direitos humanos na Amazônia, política de segurança pública (aumento do acesso a armamentos), ameaças ao Estado de Direito.

A Anistia Internacional Brasil reafirma que é dever e responsabilidade do presidente Jair Bolsonaro e de seu governo garantir direitos humanos para todos e todas. E alerta que brasileiros e brasileiras estão neste momento perdendo suas vidas ou sofrendo na pele a má gestão e omissão que atinge o país nestes últimos 1000 dias.

Gestão da pandemia

1. Assunto:

Março/2020 - Pronunciamento em rede nacional sobre a Covid-19 (“gripezinha”)

Violação identificada:

Jair Bolsonaro fez declarações em rede nacional chamando a Covid-19 de “gripezinha” e clamando por “fim do confinamento em massa”.

Desdobramento:

A Anistia Internacional se posicionou com uma nota pública, contra o pronunciamento em rede nacional de Jair Bolsonaro, a respeito da pandemia de Covid-19, reafirmando que saúde e vida são direitos humanos.



Links de apoio:

1. <https://anistia.org.br/informe/anistia-internacional-sobre-o-pronunciamento-do-presidente-bolsonaro-saude-e-vida-sao-direitos-humanos-basicos/>
2. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/24/bolsonaro-pede-na-tv-volta-a-normalidade-e-fim-do-confinamento-em-massa.ghtml>

2. Assunto:

Abril/2020 - Demissão do ministro Luiz Henrique Mandetta.

Violação identificada/preocupação:

Instabilidade política no meio da crise da pandemia. Divergência em relação ao isolamento social, frente aos impactos na economia, foi apontada como motivo da demissão de Mandetta.

Desdobramento:

A Anistia Internacional pronunciou-se a respeito do tema, cobrando a proteção dos direitos humanos independente de quem estivesse à frente da pasta.

Links de apoio: <https://anistia.org.br/informe/troca-no-ministerio-da-saude-autoridades-devem-promover-direitos-a-vida-e-a-saude/>

3. Assunto:

Maio/2020 - Nossas Vidas Importam

Violação identificada:



1. Falhas na condução da política pública contra a pandemia.
2. Dados do Ministério da Saúde indicavam a letalidade maior entre a população negra: 1 em cada 3 pacientes mortos eram pretos ou pardos.
3. O número de mortes em favelas aumentava.
4. O contágio nas prisões, com celas superlotadas, poderia aumentar.
5. O contágio entre indígenas também aumentava, em muitos casos, devido à presença de não-indígenas e pelo fato dos órgãos de proteção de direitos indígenas estarem fragilizados, além das invasões que aumentavam na época de seca.
6. O contágio e as mortes de quilombolas também aceleravam.
7. Não havia uma política ampla voltada à população em situação de rua em meio à crise.
8. Os números de violência doméstica dispararam.
9. Trabalhadores e trabalhadoras sem proteção social se aglomeravam em filas, para receber o auxílio emergencial.

Desdobramentos:

A Anistia Internacional Brasil lançou a campanha “Nossas Vidas Importam” junto com outras 38 organizações, como resposta à pandemia. A sociedade civil fez um alerta às autoridades brasileiras para que nenhuma pessoa fosse deixada para trás no combate à crise. Uma audiência online encerrou a campanha, seis meses depois, com participação de autoridades e representantes de diversas organizações. Inúmeras lacunas no controle da Covid-19 foram evidenciadas.

Links de apoio: <https://anistia.org.br/informe/covid-19-pessoas-em-situacao-de-vulnerabilidade-precisam-de-uma-resposta-adequada-e-eficiente/>

<https://anistia.org.br/informe/nossas-vidas-importam-anistia-organizacoes-parceiras-e-autoridades-fazem-balanco-dos-direitos-humanos-na-pandemia-no-brasil/>



4. Assunto:

Maio/2020 - Demissão do ministro Nelson Teich

Violação identificada/preocupação:

Demissão do ministro Nelson Teich por divergências nas decisões da saúde - Jair Bolsonaro queria optar por caminhos sem evidência científica, como o uso da cloroquina.

Desdobramentos:

A Anistia Internacional lançou uma nota pública em resposta ao cenário de instabilidade e divergências no governo, insistindo numa política pública baseada na ciência e voltada para o direito à vida e à saúde de todas as pessoas.

Links de apoio: <https://anistia.org.br/informe/nota-publica-resposta-a-covid-19-precisa-ser-baseada-em-evidencias-cientifica/>

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/15/teich-deixa-o-ministerio-da-saude-antes-de-completar-um-mes-no-cargo.ghtml>

5. Assunto:

Junho/2020 - Omissão de dados acumulados

Violação identificada:

Omissão de dados acumulados da COVID-19 nas divulgações do Ministério da Saúde.



Desdobramentos:

A Anistia Internacional lançou uma nota pública. O STF determinou que o governo voltasse a divulgar os dados totais.

Links de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/nota-anistia-internacional-repudia-a-omissao-de-dados-relacionados-a-pandemia-da-covid-19-por-parte-do-governo-federal/>

<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/alexandre-de-moraes-determina-que-governo-divulgue-dados-acumulados-de-covid-19>

6. Assunto:

Julho/2020 - Falta de vacina para populações indígenas

Violação identificada:

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) levou ao STF a ADPF 709/2020, que pleiteia medidas de proteção à saúde nessas comunidades devido à pandemia.

Desdobramentos:

O STF havia determinado que o Estado deveria implementar um plano de emergência. No entanto, em dezembro, uma terceira versão do plano apresentada pelo governo foi rejeitada pelo STF por não fornecer respostas às questões básicas. A própria Articulação teve que criar um plano de emergência.

Anistia Internacional inseriu essas violações no relatório anual O Estado dos direitos humanos no mundo 2020/2021, dando repercussão internacional a essa violação.

Links de apoio:

<https://apiboficial.org/2020/08/01/adpf-709-no-supremo-povos-indigenas-e-o-direito-de-existir/>



<https://anistia.org.br/informe-anual/informe-anual-2020-o-estado-dos-direitos-humanos-no-mundo/>

7. Assunto:

Setembro/2020 - Falta de vacinas para populações quilombolas

Violação identificada:

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) denunciou o Estado brasileiro ao STF por meio da ADPF 742/2020 pela falta de vacina para população quilombola.

Desdobramentos:

O documento foi protocolado pela CONAQ em setembro de 2020, mas o processo só foi julgado em fevereiro de 2021, favorável à denúncia. O plano emergencial do governo foi apresentado, mas nenhuma medida concreta foi adotada. Anistia Internacional Brasil se aliou à CONAQ na garantia de acesso à vacinação, no âmbito da campanha Nossas Vidas Importam. E Anistia Internacional inseriu essas violações no relatório anual O Estado dos direitos humanos no mundo 2020/2021, dando repercussão internacional a essa violação.

Links de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/populacoes-quilombolas-sofrem-com-falta-de-vacinas/>

<https://anistia.org.br/informe-anual/informe-anual-2020-o-estado-dos-direitos-humanos-no-mundo/>



8. Assunto:

Outubro/2020 - Denúncias à Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Violações:

Em audiência pública da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 14 organizações de sociedade civil, entre elas a Anistia Internacional, fizeram denúncias de violações à liberdade de expressão e aos direitos de povos indígenas e quilombolas durante o período da pandemia de Covid-19.

Desdobramentos: Anistia Internacional Brasil classificou as denúncias de violação como inaceitáveis. Os representantes do governo brasileiro que estavam presentes na reunião negaram as acusações.

Link de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/organizacoes-denunciam-a-cidh-violacoes-do-estado-brasileiro-na-pandemia-da-covid-19/>

9. Assunto:

Abril/2021 - Trabalhadores da saúde sem assistência

Violação identificada:

De acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, os profissionais da saúde enfrentaram condições de trabalho desafiadoras na pandemia da Covid-19, inclusive com falta de equipamentos de proteção individual, falta de protocolos claros para gerenciar infecções, ausência de apoio à saúde mental, falta de proteção social para as famílias dos trabalhadores e com contratos de trabalho precários.



Desdobramento:

Anistia Internacional inseriu essas violações no relatório anual o Estado dos direitos humanos no mundo 2020/2021 dando repercussão internacional a essa violação.

Link de apoio:

<https://anistia.org.br/informe-anual/informe-anual-2020-o-estado-dos-direitos-humanos-no-mundo/>

10. Assunto:

Abril/2021 - população carcerária na pandemia

Violação identificada:

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, até outubro foram registrados mais de 39 mil casos no sistema prisional adulto e 4.190 casos no sistema socioeducativo. No que se refere à testagem, de outubro a dezembro de 2020, pelo menos 5 estados (Amazonas, Espírito Santo, Paraíba, Rondônia e Roraima) não haviam realizado um único teste adicional em seus presos.

Desdobramento:

Anistia Internacional inseriu essas violações no relatório anual o Estado dos direitos humanos no mundo 2020/2021 dando repercussão internacional a essa violação.

Link de apoio:

<https://www.cnj.jus.br/covid-19-contaminacao-entre-servidores-de-prisoas-e-tres-vezes-maior-que-a-geral>



<https://anistia.org.br/informe-anual/informe-anual-2020-o-estado-dos-direitos-humanos-no-mundo/>

11. Assunto:

Junho/2021 - 120 mil vidas perdidas

Violação identificada:

[Uma pesquisa](#) apresentada por Jurema Werneck na CPI da Covid-19 no Senado Federal indica que cerca de 120 mil vidas poderiam ter sido poupadas no primeiro ano de pandemia no Brasil se o país tivesse adotado de maneira mais firme e ampla medidas preventivas como distanciamento social, restrição a aglomerações e fechamento de escolas e do comércio.

Desdobramentos:

A CPI da Covid ainda está em andamento, até a publicação deste histórico. A Anistia Internacional lançou, em parceria com outras organizações, a campanha “Omissão não é política pública”, com o objetivo de pressionar o Ministério Público Federal a não deixar impunes os possíveis crimes apontados pelo relatório final da CPI. Já são mais de 18 mil assinaturas.

Links de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/120-mil-mortes-teriam-sido-evitadas-com-medidas-preventivas/>



12. Assunto:

Julho/2020 - investigações sigilosas contra críticos do governo

Violação identificada:

O [Ministério da Justiça](#) fez um relatório sigiloso sobre mais de 500 servidores públicos da área de segurança identificados como integrantes do movimento antifascismo e opositores do governo [Jair Bolsonaro](#).

Desdobramentos:

1. A Anistia Internacional publicou uma nota pública, exigindo o fim desse tipo de investigação.
2. O STF proibiu o governo de monitorar opositores.

Links de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/anistia-internacional-exige-o-fim-de-investigacoes-sigilosas-contra-criticos-do-governo-federal/>

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/30/ministerio-da-justica-monitorou-579-opositores-de-bolsonaro-diz-site.ghtml>

<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-21/stf-proibe-governo-de-monitorar-opositores-e-fecha-cerco-sobre-setor-de-inteligencia-de-bolsonaro.html>



13. Assunto:

Abril/2021 - levantamento da ONG Artigo 19 sobre declarações contra jornalistas

Violação identificada:

Segundo um relatório da ONG Artigo 19, entre janeiro de 2019 e setembro de 2020, integrantes do governo federal fizeram declarações agressivas e estigmatizantes contra jornalistas e seu trabalho em 449 ocasiões. Os ataques incluíram intimidações, difamação, discriminação de gênero e deslegitimação da atividade jornalística. As restrições à participação da sociedade civil no debate público sobre políticas governamentais se intensificaram em consequência da abordagem hostil do governo aos movimentos sociais e às ONGs.

Desdobramento:

Anistia Internacional inseriu essas violações no relatório anual o Estado dos direitos humanos no mundo 2020/2021 dando repercussão internacional a essa violação.

Link de apoio:

<https://artigo19.org/artigo-na-midia/bolsonaro-familia-e-ministros-ja-cometeram-449-ataques-contra-jornalistas-diz-ong/>

<https://anistia.org.br/informe-anual/informe-anual-2020-o-estado-dos-direitos-humanos-no-mundo/>

14. Assunto:

Agosto/2021 - Bolsonaro bloqueia críticos em redes sociais

Violação identificada:

A Human Rights Watch identificou 176 contas bloqueadas nas redes sociais de Jair Bolsonaro. A grande maioria, no Twitter, de jornalistas, congressistas e de



influenciadores com mais de 1 milhão de seguidores. É uma violação à liberdade de expressão e aos direitos de acesso à informação e à participação no debate público, segundo a organização.

Desdobramento:

A Human Rights Watch solicitou o número de pessoas bloqueadas pelo presidente Bolsonaro no Twitter, Facebook e Instagram. A Secretaria de Comunicação da Presidência negou a informação, argumentando que não gerencia essas contas. Anistia Internacional Brasil se aliou ao Human Rights Watch na divulgação desse estudo

Link de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/brasil-bolsonaro-bloqueia-criticos-em-redes-sociais/>

Discursos Antidireitos Humanos

15. Assunto:

22/01/2019 - Discurso de Bolsonaro em Davos

Violação identificada/preocupação:

O presidente fez um discurso no Fórum Econômico Mundial, em Davos, defendendo a união internacional. O discurso é contraditório com a sua determinação para a retirada do Brasil do Pacto Global para Migração da ONU e a ameaça de retirar o país do Acordo de Paris.

Desdobramento:



Kumi Naidoo, Secretário Geral da Anistia Internacional, à época, fez uma declaração pedindo atenção da comunidade internacional aos atos de Jair Bolsonaro.

Link de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/kumi-naidoo-comenta-discurso-de-bolsonaro-em-davos-a-comunidade-internacional-deve-estar-atenta/>

16. Assunto:

9/09/2019 - Discurso de Bolsonaro na ONU em 2019

Violação identificada:

Bolsonaro negou dados e fatos que mostravam a devastação da Amazônia e outros biomas do país, atacou uma liderança indígena (o cacique Raoni) e responsabilizou as populações tradicionais pelas queimadas dos biomas no país.

Desdobramento:

A Anistia Internacional lançou nota à imprensa contestando as declarações de Bolsonaro. Quatro lideranças indígenas deram entrevista coletiva em Nova York, em reação às falas.

Links de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/nota-a-imprensa-sobre-o-discurso-de-bolsonaro-na-onu/>

<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/24/nos-eua-indigenas-reagem-ao-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu.ghtml>



17. Assunto:

Setembro/2020 - discurso de Bolsonaro na ONU em 2020

Violação identificada:

O presidente citou dados falsos em relação ao meio ambiente e ao combate à pandemia.

Desdobramento:

Anistia Internacional Brasil condenou as falas de Bolsonaro e se manifestou via perfil no Twitter.

Links de apoio:

<https://twitter.com/anistiabrasil/status/1176536309772496903>

18. Assunto:

Setembro/2021 - discurso de Bolsonaro na ONU em 2021

Violação identificada:

O discurso de Jair Bolsonaro na 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas é oposto aos fatos e dados. O mandatário disse que o Brasil é um país sem corrupção, que respeita a Constituição Federal, que investe no barateamento da produção de alimentos e que tem grande credibilidade nacional e internacional. Ele defendeu que a legislação ambiental é uma das mais completas do mundo, que o esforço em zerar o desmatamento ilegal é uma realidade e que a Amazônia é exemplo de preservação. Afirmou, ainda, que a pandemia foi enfrentada de modo a combater o vírus e garantir os bons números na economia.

Desdobramento:



Anistia Internacional Brasil publicou nota pública contestando informações contidas no discurso do presidente Jair Bolsonaro. Repercussão internacional das falas e dos casos de Covid-19 na comitiva brasileira - e do fato de que Bolsonaro era o único líder do G-20 não vacinado.

Link de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/o-brasil-de-bolsonaro-nao-existe-afirma-anistia-internacional-brasil-apos-discurso-do-presidente-na-onu/>

Direitos de povos indígenas e outras comunidades tradicionais / violações na Amazônia

19. Assunto:

Agosto/2019 - Queimadas na Amazônia em 2019

Violação identificada:

Fogo que consumiu partes da Amazônia em 2019 está diretamente ligado com omissões do governo Bolsonaro. A política praticada causou o enfraquecimento da proteção à floresta e a precarização dos direitos dos povos indígenas locais.

Desdobramentos:

1. Kumi Naidoo, Secretário Geral da Anistia Internacional, atribuiu a tragédia à omissão de Bolsonaro e ao negacionismo do desmatamento.
2. A Anistia Internacional Brasil lançou uma campanha internacional para pressionar o governo a intensificar a proteção dos territórios indígenas e das reservas ambientais - foram colhidas mais de 162 mil assinaturas, de 53 países, exigindo proteção à Amazônia e aos povos tradicionais.



3. A organização lançou, também, o estudo “Cercar e trazer o boi: pecuária bovina ilegal na Amazônia brasileira”, em que documentou, em terras indígenas e reservas, como a atividade ilegal da pecuária na Amazônia contribui para o desmatamento e violações de direitos dos povos da floresta. Segundo o estudo, o governo Bolsonaro vem cortando recursos e enfraquecendo os órgãos de proteção indígena e ambiental.
4. O presidente recusou o convite para uma audiência pública com a organização para discutir a petição e o estudo.

Links de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/falhas-do-governo-estao-alimentando-queimadas-na-amazonia-diz-anistia-internacional/>

<https://anistia.org.br/informe/brasil-as-autoridades-precisam-investigar-e-levar-a-justica-os-responsaveis-pela-depredacao-da-amazonia/>

<https://anistia.org.br/informe/bolsonaro-se-nega-a-receber-a-anistia-internacional-e-liderancas-indigenas-que-exigem-a-protecao-da-amazonia-e-dos-povos-tradicionais/>

<https://anistia.org.br/informe/baixenosso-relatorio-e-saiba-como-a-criacao-ilegal-de-bovinos-alimenta-a-destruicao-da-floresta-amazonica/>

20. Assunto:

Setembro/2020 - Queimadas na Amazônia em 2020



Violações identificadas:

1. O governo permanece omissivo em relação a Amazônia e seus povos.
2. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) detectou cerca de 63 mil focos de incêndios em 2020 (até o dia 31 de agosto).
3. A Anistia Internacional também destacou que o desmatamento aumentou em 34,5% entre agosto de 2019 e julho de 2020, em comparação com o mesmo período de 2018 a 2019.
4. O combate ao desmatamento e aos incêndios ilegais estava a cargo do Exército.
5. O general Augusto Heleno, ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, mencionou a Lei de Segurança Nacional, um dispositivo amplamente utilizado no período do Regime Militar, contra a APIB.

Desdobramentos:

1. Diante da profunda devastação da Amazônia, a Anistia Internacional lançou a petição “Diga à JBS para não comprar gado ilegal na Amazônia”
2. Richard Pearshouse, Diretor de Crises e Meio Ambiente da Anistia Internacional, afirmou que Bolsonaro privilegia o lucro de grandes empresas em detrimento à proteção de populações vulneráveis.
3. A APIB entrou com queixa-crime por difamação contra Heleno.

Links de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/ataques-a-apib-devem-unir-sociedade-e-instituicoes-em-defesa-dos-povos-indigenas-aponta-anistia-internacional/>

<https://anistia.org.br/informe/brasil-o-desmatamento-crescente-da-amazonia-e-resultado-direto-das-politicas-de-bolsonaro/>



21. Assunto:

Março/2021 - Brasil deixa de aderir a declaração da ONU

Violação identificada:

O Estado brasileiro deixou de aderir à declaração conjunta de 63 Estados, promulgada pela ONU, que reconhece o direito humano a um meio ambiente sustentável. O tema foi apresentado durante a 46ª sessão do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

Desdobramento:

Uma nota de repúdio foi assinada por 50 organizações da sociedade civil – entre elas, a Anistia Internacional Brasil.

Link de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/sociedade-civil-brasileira-repudia-a-nao-adesao-do-brasil-a-declaracao-sobre-o-direito-ao-meio-ambiente-no-conselho-de-direitos-humanos-da-onu/>

22. Assunto:

Agosto/2021 - Agenda anti-indígena

Violações identificadas:

1. O movimento indígena denunciou o agravamento das violências contra os povos originários dentro e fora dos territórios tradicionais.



2. Paralelamente, está nas mãos do STF a decisão sobre o Marco Temporal, tão defendido por Bolsonaro.

Desdobramentos:

1. No Dia Internacional dos Povos Indígenas, 9 de agosto, a Apib entrou de forma inédita com um comunicado no Tribunal Penal Internacional (TPI) para denunciar o governo Bolsonaro por Genocídio e Ecocídio. Anistia Internacional Brasil se aliou à Apib para também denunciar essas violações.
2. Ocorre a II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, em Brasília, contra o Marco Temporal - que segue em tramitação no STF.
3. O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) enviou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH/ONU) um comunicado, manifestando preocupação sobre a garantia do direito de expressão das populações indígenas. O documento foi assinado por organizações da sociedade civil, entre elas, a Anistia Internacional Brasil.

Links de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/indigenas-vaio-a-brasilia-reivindicar-direitos-e-acompanhar-julgamento-que-define-futuro-dos-povos/>

<https://apiboficial.org/2021/08/09/inedito-apib-denuncia-bolsonaro-em-haia-por-genocidio-indigena/>

<https://anistia.org.br/informe/comissao-interamericana-de-direitos-humanos-sera-notificada-sobre-ameacas-a-democracia-e-violacao-do-direito-de-manifestacao-das-mulheres-indigenas/>

<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-abre-assembleia-da-onu-com-defesa-de-marco-temporal-e-acao-ambiental-do-brasil>



Política de segurança pública (aumento do acesso a armamentos)

23. Assunto:

Ao longo de todo o mandato - Decretos sobre armas

Violação:

Em todo o seu mandato, Bolsonaro editou decretos federais com o objetivo de desburocratizar e ampliar o acesso a armas de fogo e munições no país. Os poderes Executivo e Legislativo buscaram várias formas de flexibilizar a posse e o porte de armas de fogo, incluindo fuzis e outras armas de uso restrito. Uma dessas flexibilizações foi a ampliação do porte de armas em todo o perímetro das propriedades rurais, o que aumenta a possibilidade de confrontos entre madeireiros e indígenas.

Desdobramentos:

1. A Anistia Internacional Brasil lançou uma nota pública, em junho de 2019, alertando para os riscos dessa ampliação no uso de armas.
2. A constitucionalidade desses decretos segue tramitando no STF.

Links de apoio:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-02/governo-altera-decretos-para-ampliar-acesso-armas-e-municoes>

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/26/veja-o-que-muda-e-nao-muda-nos-novos-decretos-de-bolsonaro.ghtml>



<https://anistia.org.br/informe/anistia-internacional-alerta-para-riscos-de-ampliacao-do-acesso-a-armas-no-pais/>

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-09/stf-moraes-vota-contradecretos-sobre-armas-nunes-marques-pede-vista>

24. Assunto:

Maio/2020 - ameaça de armar a população

Violação:

Bolsonaro ameaçou armar a população durante reunião ministerial de 22 de abril de 2020. A gravação tinha sido utilizada como prova no processo que investigava uma suposta interferência indevida do presidente na Polícia Federal.

Desdobramentos:

1. A Anistia Internacional Brasil veiculou uma nota pública em repúdio à afirmação.
2. Segundo pesquisa da Datafolha, a fala do presidente atingiu um índice de rejeição de 72%.

Links de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/nota-armas-nao-salvam-vidas-e-nao-sao-as-respostas-para-necessidades-urgentes-neste-momento-de-pandemia-afirma-anistia-internacional/>



<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/frase-de-bolsonaro-sobre-dar-armas-para-populacao-e-rejeitada-por-72.shtml>

Ameaças ao Estado de Direito

25. Assunto:

Janeiro/2019 - Posse após discursos contrários aos direitos humanos

Violação identificada/preocupação:

O presidente Jair Bolsonaro foi eleito com um [discurso abertamente contra direitos humanos](#) e com declarações discriminatórias contra diversos grupos sociais. O discurso público e a agenda política representam um cenário de enorme risco para povos indígenas e quilombolas, pessoas LGBT, jovens negros, mulheres, ativistas e organizações da sociedade civil.

Desdobramento:

A Anistia Internacional Brasil lançou uma nota pública pedindo que instituições assumam suas responsabilidades com direitos humanos e proteção de liberdades. A organização destacou a gravidade da situação, em função da decisão do deputado Jean Wyllys em abdicar do mandato e sair do Brasil.

Link de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/nota-publica-instituicoes-brasileiras-devem-assumir-suas-responsabilidades-na-protecao-das-liberdades-e-dos-direitos-humanos-no-pais/>



26. Assunto:

Março/2019 - Bolsonaro comemora às vésperas dos 55 anos de Golpe Militar

Violação:

Às vésperas do 55º aniversário do Golpe Militar, o Presidente da República afirmou que o Golpe deveria ser celebrado.

Desdobramento:

- A Justiça do Distrito Federal proibiu a comemoração. No entanto, a decisão foi derrubada por uma desembargadora de plantão. Um vídeo de exaltação à data foi divulgado pelo Planalto.
- A Anistia Internacional Brasil publicou um comunicado, lembrando que tortura, assassinatos, estupros e desaparecimentos forçados em um contexto de repressão política são crimes contra a humanidade. A diretora-executiva Jurema Werneck classificou disse que é preocupante ter altas autoridades do país sugerindo celebrar um período histórico marcado por perseguições políticas.

Links de apoio:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/juiza-proibe-governo-bolsonaro-de-comemorar-golpe-de-1964.shtml>

<https://oglobo.globo.com/brasil/planalto-divulga-video-que-exalta-golpe-militar-de-1964-23563896>

<https://anistia.org.br/informe/brasil-deve-garantir-justica-para-as-vitimas-de-execucoes-tortura-e-desaparecimentos-forcados-durante-o-periodo-do-regime-militar/>



27. Assunto:

Maio/2019 - Brasil para todo mundo

Violações identificadas:

Nos primeiros meses do governo, a agenda do governo Bolsonaro levou a Anistia Internacional à criação da campanha “Brasil para todo mundo”. As medidas e ações do governo de Jair Bolsonaro listadas eram:

1. flexibilização da regulação sobre o porte e a posse de armas;
2. nova política nacional sobre drogas, que eleva o caráter punitivo e atenta contra o direito à saúde;
3. impacto negativo sobre direitos de povos indígenas e quilombolas;
4. tentativa de ingerência indevida no trabalho das organizações da sociedade civil que atuam no Brasil;
5. diversas disposições do pacote anticrime (como, por exemplo, a flexibilização da regulação da legítima defesa para o uso da força e de armas de fogo por parte da polícia);
6. medidas contrárias aos direitos das vítimas à verdade, justiça e reparação pelos crimes de direito internacional cometidos pelo Estado durante o regime militar;
7. ataques à independência e autonomia do Sistema Interamericano de Direitos Humanos;
8. manutenção da retórica antidireitos humanos pelas autoridades de alto nível, incluindo o presidente da República, o que poderia legitimar diversas violações aos direitos humanos.

Desdobramentos:

- A campanha levou a Anistia Internacional Brasil a se reunir com o Ministério dos Direitos Humanos, com a Secretaria de Governo, e com representantes das Nações Unidas e de 20 organizações da sociedade civil.



- A repercussão alcançou veículos da imprensa internacional, como o “The Washington Post”.
- Seções internacionais da Anistia se engajaram com a campanha.
- O governo cogitou rever o decreto de armas que estava em andamento.

Links de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/discurso-da-administracao-de-bolsonaro-contradireitos-humanos-comeca-a-se-concretizar-em-medidas-nos-primeiros-meses-de-governo/>

28. Assunto:

Junho/2019 - Decreto que exonerou membros do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

Violação identificada:

O Decreto 9.831, editado pelo presidente Jair Bolsonaro, que exonerou os 11 membros do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, dedicado ao monitoramento da situação nos presídios e sistema socioeducativo, extinguiu a remuneração para estes cargos, revogou o artigo que garantia o perfil diversificado em relação a gênero, etnia e religião dos membros e condicionou a nomeação à autorização direta da Presidência.

Desdobramentos:

1. A Anistia Internacional Brasil publicou uma nota pública para a imprensa.
2. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos disse que o Brasil é “racista” e que extermina seus “indesejados”.

Links de apoio:



<https://anistia.org.br/informe/nota-publica-decreto-sobre-mecanismo-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura-amplia-riscos-de-institucionalizacao-da-tortura-no-pais-afirma-anistia-internacional/>

<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/06/para-comissao-interamericana-da-oea-brasil-e-racista-e-extermina-seus-indesejados>

29. Assunto:

Julho/2019 - Declaração sobre Fernando Santa Cruz, desaparecido pelo regime militar e pai do presidente da OAB.

Violação identificada:

Bolsonaro fez uma fala polêmica sobre o desaparecimento de Fernando Santa Cruz na época do regime militar. O militante é pai de Felipe Santa Cruz, presidente da OAB.

Desdobramentos:

1. A Anistia Internacional Brasil repudiou a fala de Jair Bolsonaro em nota pública.
2. O presidente da OAB moveu um processo contra Bolsonaro que foi arquivado pelo STF porque Bolsonaro já havia se explicado.

Links de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/nota-sobre-declaracao-do-presidente-jair-bolsonaro-sobre-desaparecido-pelo-regime-militar/>



<https://oglobo.globo.com/politica/barroso-arquiva-processo-de-presidente-da-oab-contra-bolsonaro-23906611>

30. Assunto:

Abril/2020 – Ato em favor de intervenção militar, em Brasília

Violação identificada: Jair Bolsonaro participa de ato em favor de intervenção militar, em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília

Desdobramento:

Anistia Internacional Brasil fez manifestação pública por meio de nota e com repercussão na imprensa

Links de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/anistia-internacional-repudia-manifestacoes-pro-regime-militar/>

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/19/anista-internacional-avalia-como-grave-presenca-de-bolsonaro-em-ato-a-favor-de-intervencao-militar.ghtml>

31. Assunto:

17/10/2020 - Agentes da ABIN na Cúpula do Clima para monitorar “maus brasileiros”

Violação identificada:

O Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, admitiu que dois oficiais da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) teriam



sido enviados à Cúpula do Clima das Nações Unidas com o objetivo de monitorar e relatar menções negativas ao atual governo, especialmente relacionadas à Amazônia, realizadas por aqueles que classificou como “maus brasileiros”, referindo-se às organizações não governamentais e movimentos sociais com os quais o governo mantém relação conflituosa.

Desdobramentos:

1. A Anistia Internacional Brasil lançou uma nota pública, alertando para a gravidade do episódio.
2. Um inquérito foi aberto pelo Ministério Público Federal, mas arquivado em agosto de 2021.

Links de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/governo-brasileiro-ao-monitorar-e-vigiar-ongs-e-movimentos-sociais-comete-graves-violacoes-de-direitos-humanos-alerta-anistia-internacional/>

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mpf-arquiva-inquerito-sobre-agentes-da-abin-na-cupula-do-clima-deputados-cobram-interrogatorio,70003816034>

32. Assunto:

Março/2021 - General Braga Netto alude à ditadura

Violação identificada:

Ministro da Defesa, Braga Netto, publica ordem do dia sobre 1964 - em alusão aos 57 anos do Golpe Militar.

Desdobramentos:



- A Procuradoria-Geral da República arquivou a representação que pedia a investigação do ministro da Defesa.
- A Anistia Internacional Brasil publicou um comunicado, repudiando as menções de que o Golpe Militar tinha sido benéfico ao país. Alexandra Montgomery, diretora de Programas, classificou a fala de Braga Netto como “preocupante”.

Links de apoio:

<https://anistia.org.br/informe/o-golpe-militar-de-1964-nao-foi-benefico-para-a-sociedade-brasileira-afirma-a-anistia-internacional-brasil/>

<https://www.cartacapital.com.br/politica/pgr-arquiva-representacao-contrabraga-netto-por-celebrar-golpe-de-64/>